

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio da Nóbrega
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto
AEJ	Luiz Carlos Piccione
AFOCAPI	p/ Rodrigo Cristofolletti
ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos
	Martim de França Silveira Ribeiro
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
	Marcello César Lino
CETESB	Adilson José Rossini
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP - DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP - DR Piracicaba	p/Alexandre Luis Almeida Vilella
CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz
Consórcio PCJ	Jussara Cordeiro Santos
COPASA	p/ Laene Fonseca Vilas Boas
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia
	Felipe Gobet de Aguiar
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini
IPSA-C	Waldemar Bóbbo
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteado
P.M. de Amparo	Laura Petri Geraldino
P.M. de Artur Nogueira	Rodrigo Fernando Garcia
P.M. de Bragança Paulista	Amauri Sodrê da Silva
P.M. de Cabreúva	Rosimeire Rabelo Santos Timporim
	Rogério Menezes
P.M. de Campinas	Sílvio Luiz Baccarin
P.M. de Cosmópolis	José Nazareno Zezé Gomes
P.M. de Hortolândia	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Holambra	Doroti de Fátima Zem
	José Antonio de Campos
P.M. de Ipeúna	Gabriel Augusto Campos
	Gabriel Augusto Campos
P.M. de Itirapina	Alípio Marques Júnior
P.M. de Jaguariúna	p/ Aline Granghelli Catão
P.M. de Jundiá	p/ Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Limeira	Paulo Trigo Ferreira
P.M. de Louveira	Nicolau Finamore Junior

P.M. de Monte Mor	Rogério Maluf
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentim
P.M. de Piracicaba	José Rubens Franço
	Barjas Negri
P.M. de Rafard	Guilherme Campo Pagotto
P.M. de Rio das Pedras	Daniel Gonçalves
P.M. de Rio Claro	Márcio Afonso Brunini
P.M. de Saltinho	Antônio Carlos Defavari
	Ariella Machado de Oliveira Montebello
	Hélio Franzol Bernadino
	Carlos Alberto Lisi
P.M. de Salto	p/ Francisco Antonio Moschini
P.M. de Santa Gertrudes	Gabriel Augusto Campos
P.M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta
	Thiago Silvério da Silva
P.M. de Tietê	Vlami de Jesus Sandei
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Tuiuti	Pâmela Yurika Nishizaki
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SAA	Denis Herisson da Silva
SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo
	Antônio Carlos Teixeira
Secretaria da Educação	Fábio Augusto Negreiros
Secretaria da Saúde	Marco César Prado
	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior
	Alexandre Roberto Seabra Dutra
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	André Luiz Sanchez Navarro
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Roberto Moretti
Sindicato Rural de Extrema	Luís Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	p/ Sidney José da Rosa
Sindicato Rural de Rio Claro	Nilton Piccin
SINMEC	João Primo Baraldi
SNSH/MDR	p/ Damião Aparecido do Couto
UNICA	Roseli dos Santos Souza
	André Elia Neto
Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
P.M. de Americana	Carlos Cesar Gimenez Zappia

Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2019, nas dependências do Centro Cultural e Recreativo "Deputado João Hermann Neto", em Saltinho/SP, realizou-se a 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 154 (cento e cinquenta e quatro) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

dos Governos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada acima, e público em geral, registrados em livro próprio. 1. **Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Barjas Negri (Prefeito Municipal de Piracicaba/SP, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente da Aglomeração Urbana de Piracicaba/SP); Marco Antônio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Damião Aparecido do Couto (Vice-presidente do CBH-PJ1); Carlos Alberto Lisi (Prefeito Municipal de Saltinho/SP); José Antônio de Campos (Prefeito Municipal de Ipeúna/SP); Helio Donizete Zanatta (Prefeito Municipal de São Pedro/SP); Vlamir de Jesus Sandei (Prefeito Municipal de Tietê/SP); Antônio Carlos Defavari (Prefeito Municipal de Rio das Pedras/SP); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL); Sidney José da Rosa (Secretário-executivo do CBH-PJ1); André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ); Laene Fonseca Vilas Boas (Secretária-executiva Adjunta do CBH-PJ1) e Sergio Razera (Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ). 2. **Abertura:** Dando início à reunião, os integrantes da mesa tomaram seus lugares e todos os presentes foram convidados a ouvir e cantar o Hino Nacional Brasileiro. 2.1. **Saudações iniciais dos membros da mesa:** Na sequência, o Cerimonial passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou os presentes e desejou a todos um ótimo trabalho. Em seguida, o Sr. Carlos Alberto Lisi, Prefeito Municipal de Saltinho/SP, anfitrião da reunião, cumprimentou a mesa diretiva e recebeu os presentes com boas-vindas ao município de Saltinho/SP, desejando a todos uma excelente reunião. Posteriormente, o Sr. José Antônio de Campos, Prefeito Municipal de Ipeúna/SP, cumprimentou a todos, desejando uma manhã produtiva de trabalho. Na sequência, o Sr. Helio Donizete Zanatta, Prefeito Municipal de São Pedro/SP, cumprimentou o Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri e os demais presentes, agradeceu ao Prefeito Municipal de Saltinho/SP, Sr. Carlos Alberto Lisi, pela hospitalidade, e desejou a todos uma proveitosa reunião. Em seguida, o Sr. Vlamir de Jesus Sandei, Prefeito Municipal de Tietê/SP, cumprimentou o Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri, estendendo seus cumprimentos à mesa diretiva e aos demais presentes e, por fim, desejou um bom trabalho a todos. Posteriormente, o Sr. Antônio Carlos Defavari, Prefeito Municipal de Rio das Pedras/SP, cumprimentou os presentes, em especial o Sr. Barjas Negri, Presidente dos Comitês PCJ, agradeceu ao Prefeito Municipal de Saltinho/SP, Sr. Carlos Alberto Lisi, pela recepção, e desejou a todos uma excelente reunião. Na sequência, o Sr. Damião Aparecido do Couto, Vice-presidente do CBH-PJ1, cumprimentou todos os presentes, desejando uma proveitosa reunião.

Ulteriormente, o Sr. Marco Antônio dos Santos, Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, cumprimentou os presentes, desejando uma ótima reunião. Por fim, o Prefeito Municipal de Piracicaba/SP, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente da Aglomeração Urbana de Piracicaba/SP, Sr. Barjas Negri, cumprimentou e agradeceu a presença dos prefeitos, com menção especial ao Prefeito Municipal de Saltinho/SP, Sr. Carlos Alberto Lisi, anfitrião da reunião, pela hospitalidade e a cessão do espaço, estendendo seus cumprimentos aos Vice-prefeitos e demais presentes, desejando uma excelente reunião a todos. Com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, o Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. Luiz Roberto Moretti, passou a conduzir os trabalhos nominando as entidades representadas na reunião e confirmando a existência de quórum nos três comitês. 3. **Informes: 3.1. da Diretoria dos Comitês PCJ: a)** No dia 26 de julho, foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) duas Deliberações *Ad Referendum* dos Presidentes dos Comitês PCJ para ao encaminhamento de questões administrativas, sendo estas: **i)** Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 320/2019, de 19/07/2019, que “empossa representantes do Governo Federal no plenário do PCJ FEDERAL, altera a redação do Inciso I, do Artigo 1º, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 318/2019, e dá outras providências”. Segundo o Inciso I, do Artigo 8º do Regimento Interno do PCJ FEDERAL, são disponibilizadas 03 (três) vagas do plenário do PCJ FEDERAL para órgãos ou entidades do Governo Federal. Visto que até a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, na qual ocorreu a eleição e posse dos membros dos plenários e da diretoria do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, havia sido encaminhada a indicação de representantes para apenas uma das três vagas disponíveis, foi estabelecido, no Artigo 5º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/2019, que os representantes para as demais vagas disponibilizadas aos órgãos e entidades do Governo Federal deveriam ser indicados posteriormente. Nesse sentido, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ recebeu, em 12/07/2019, o Ofício nº 488/2019/SNSH/MDR, por meio do qual a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) formalizou a indicação de representantes para mais uma vaga no plenário do PCJ FEDERAL. Portanto, para viabilizar a participação, como membros, dos representantes recém-indicados para o Plenário do PCJ FEDERAL, a tempo de receberem a convocação da presente reunião plenária, emitiu-se a referida Deliberação *Ad Referendum* empossando tais representantes para comporem uma das vagas do Plenário do PCJ FEDERAL, alterando, assim, a redação do Inciso I, do Artigo 1º, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 318/2019, de 28/06/2019, e revogando o Artigo 5º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/2019, de 28/06/2019. Restou ainda uma vaga em aberto para recebimento de indicações provenientes do Governo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

Federal; **ii)** Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 321/2019, de 19/07/2019, que “prorroga o suporte logístico e operacional pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ às atividades das câmaras técnicas até a aprovação dos Planos de Trabalho referentes ao mandato 2019-2021 e ajusta a redação do Artigo 12 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/2009”. Está prevista na Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/2009, de 28/08/2009, a elaboração de Plano de Trabalho das CTs, compatível com o Plano de Bacias e o cronograma de trabalho dos Comitês PCJ. O Plano de Aplicação Plurianual das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) 2017-2020, prevê o atendimento às ações previstas nos Planos de Trabalho das CTs dos Comitês PCJ. Tendo em vista que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 283/2017, que aprovou os Planos de Trabalho das CTs para o mandato 2017-2019, previu ações até maio de 2019, com a previsão inicial para renovação da composição das CTs para o mandato 2019-2021 no início de junho/2019, e que, em caráter extraordinário, o mandato dos atuais membros e coordenações das CTs foi prorrogado até 18/07/2019, por meio do Artigo 8º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 317/2019, tornou-se necessária formalização de deliberação prorrogando do suporte logístico e operacional pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ às atividades das Câmaras Técnicas, compreendendo o período até a aprovação dos Planos de Trabalho referentes ao mandato 2019-2021, a ocorrer em dezembro de 2019, na próxima reunião plenária. Assim, esta Deliberação *Ad Referendum*, além de prorrogar o suporte logístico e operacional às atividades das CTs, garantindo o custeio dos membros em eventos internos e externos à área de atuação das Bacias PCJ, por meio de recursos disponibilizados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ no Plano de Aplicação Plurianual - PAP PCJ 2017-2020, altera o Artigo 12 do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/2019, estabelecendo que a vigência dos próximos Planos de Trabalho se estenderá até a consolidação e aprovação, pelos Comitês PCJ, dos Planos de Trabalho do mandato seguinte. Ambas as Deliberações *Ad Referendum* serão apreciadas e referendadas pelo plenário na próxima reunião dos Comitês PCJ, prevista para 13/12/2019; **b)** No dia 18/07/2019, em Piracicaba/SP, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ realizou a reunião de renovação da composição das 11 (onze) Câmaras Técnicas temáticas dos Comitês PCJ, na qual ocorreu a posse dos órgãos e das entidades, bem como de seus representantes indicados para composição das CTs durante o mandato 2019-2021, bem como a eleição das coordenações das CTs. A composição dos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), por sua vez, foi realizada no dia 28 de junho durante a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, juntamente com a renovação dos Plenários dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL). Após a reunião de renovação, definiram-se as seguintes composições e a coordenações das Câmaras Técnicas para o mandato 2019-2021:

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) – Coordenadora: Srª. Sibele Ezaki, representante do Instituto Geológico (IG/SIMA), Coordenador-adjunto: Sr. José Luiz Albuquerque Filho, representante do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Secretária: Srª. Júlia Octaviano Noale, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). A CT-AS tem em sua atual composição 40 (quarenta) órgãos e entidades e 108 (cento e oito) representantes indicados; Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) - Coordenadora: Srª. Ana Lúcia F. R. Vieira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Coordenador-adjunto: Sr. Fernando César Grion, representante da Diretoria de Ensino de Piracicaba/SP, Secretária: Srª. Maria Karolina da Silva Tamberlini, representante da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista/SP. A CT-EA tem em sua atual composição 45 (quarenta e cinco) órgãos e entidades e 117 (cento e dezessete) representantes indicados; Câmara Técnica de Integração e Difusão de Tecnologias (CT-ID) – Coordenador: Sr. Tadeu Fabrício Malheiros, representante da Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo (EESC-USP), Coordenador-adjunto: Sr. Luiz A. C. e Silva Brasi, representante do Rotary International – D4590, Secretária: Srª. Dafne Córrea da Silva, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP). A CT-ID tem em sua atual composição 19 (dezenove) órgãos e entidades e 44 (quarenta e quatro) representantes indicados; Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) – Coordenador: Sr. Jorge Antonio Mercanti, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas/SP (CIESP DR Campinas), Coordenador-adjunto: Jorge Marino Galgaro, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas/SP (CIESP DR Campinas), Secretário: Sr. Anderson Munhos Bandeira, representante da Miracema-Nuodex. A CT-Indústria tem em sua atual composição 31 (trinta e uma) órgãos e entidades e 68 (sessenta e oito) representantes indicados; Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) – Coordenador: Sr. Alexandre Luís Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Coordenador-adjunto: Sr. Paulo Roberto S. Tinel, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Secretário: Sr. Luís Filipe Rodrigues, representante da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA Campinas). A CT-MH tem em sua atual composição 39 (trinta e nove) órgãos e entidades e 116 (cento e dezesseis) representantes indicados; Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) - Coordenadora a Srª. Cecília de Barros Aranha, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Coordenadora-adjunta: Srª. Ednéa Aparecida Parada, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB),

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

245 Secretária: Sr^a. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). A CT-OL tem em sua atual composição 46 (quarenta e seis) órgãos e entidades e 131 (cento e trinta e um) representantes indicados;

250 Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) – Coordenador: Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), Coordenadora-adjunta: Sr^a. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção

255 Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), Secretária: Sr^a. Tarciani Benedita Baia Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE). A CT-PB tem em sua atual composição 39 (trinta e nove)

260 órgãos e entidades e 95 (noventa e cinco) representantes indicados; Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) - Coordenador o Sr. João José A. de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia (IZ), Coordenador-adjunto: Sr.

265 Henrique Bellinaso, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), Secretária: Sr^a. Claudia Grabher, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT). A CT-RN tem em sua atual composição 51 (cinquenta e uma)

270 órgãos e entidades e 135 (cento e trinta e cinco) representantes indicados; Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL) – Coordenador: Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP, Coordenador-adjunto:

275 Sr. Nilton Piccin, representante do Sindicato Rural de Limeira/SP, Secretário: Sr. Maurício Magossi, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A CT-Rural tem em sua atual composição 62 (sessenta e duas) órgãos e entidades e

280 134 (cento e trinta e quatro) representantes indicados; Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) – Coordenadora: Sr^a. Ariella M. de Oliveira Montebello, representante da Prefeitura Municipal de Saltinho/SP, Coordenador-adjunto: Sr. Luís Eduardo G. Grisotto,

285 representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP), Secretário: Sr. Murilo Cesar Merloto, representante da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras/SP. A CT-SA tem em sua atual composição 46 (quarenta e seis) órgãos e entidades

290 e 129 (cento e vinte e nove) representantes indicados; Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) – Coordenadora: Sr^a. Lúcia Vidor de Sousa Reis, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), Coordenadora-adjunta: Sr^a.

295 Luciana de Souza, representante do Instituto de Proteção Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C), Secretária: Sr^a. Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite, representante do Instituto de Proteção Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio

300 Corumbataí (IPSA-C). A CT-SAM tem em sua atual composição 25 (vinte e cinco) órgãos e entidades e 63 (sessenta e três) representantes indicados. A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) é composta por 74

(setenta e quatro) representantes distribuídos em 47

305 (quarenta e sete) órgãos e entidades. Nos Plenários há 117 (cento e dezessete) representantes distribuídos em 76 (setenta e seis) órgãos e entidades com direito a voz e voto e 98 (noventa e oito) representantes, com direito a voz, distribuídos em 51 (cinquenta e um) Municípios e

310 3 (três) Universidades Públicas. Comparando-se o mandato anterior e o atual, verifica-se o aumento da participação de órgãos e entidades e de representantes indicados nas Câmaras Técnicas. A soma dos representantes indicados nas Câmaras Técnicas e dos

315 representantes dos Plenários totaliza 1.072 (um mil e setenta e duas) pessoas; **c)** Foi elaborado pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ um material impresso que reúne orientações sobre a constituição e o funcionamento dos Plenários e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. O material apresenta as normas básicas de funcionamento dos Comitês PCJ e o papel, as atribuições e a importância da atuação de cada Câmara Técnica, em linguagem acessível e didática. Foi entregue aos membros das CTs no dia 18 de julho,

325 durante a reunião de renovação das Câmaras Técnicas, bem como aos membros dos Plenários, na presente reunião. Está também disponível no site dos Comitês PCJ (<http://www.comitespcj.org.br/>); **d)** A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ recebeu uma carta dos

330 alunos do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gerenciamento dos Recursos Hídricos, da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), para leitura e entrega à diretoria dos Comitês PCJ na presente reunião. A Sr^a. Ariella M. de Oliveira Montebello, aluna

335 do referido curso e Coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), realizou a leitura pública da carta, que foi entregue ao Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri, em nome de todos os alunos. A carta foi redigida com os objetivos de agradecer a oportunidade oferecida, bem como manifestar o interesse dos alunos em atuarem como agentes multiplicadores, além de divulgar a importância do curso aos membros dos Comitês PCJ. A iniciativa de custear membros das Câmaras Técnicas em capacitações e cursos de pós-graduação é uma ação prevista no PAP-PCJ 2017-2020 e busca aprimorar o processo de tomada de decisão no âmbito dos Comitês PCJ, capacitando seus membros na gestão dos recursos hídricos; **e)** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo Adjunto do

350 CBH-PCJ, reiterou o informe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, distribuído de forma impressa aos presentes, convidando a todos para participarem da audiência pública sobre os Projetos de Lei do Plano Plurianual do Estado de São Paulo – PPA 2020-2023 e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2020,

355 que ocorrerá no dia 02/08/2019, no auditório da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), em Campinas/SP, que abrangerá a Região Administrativa de Campinas/SP. A audiência intenta debater com a comunidade regional as ações que estarão

360 contidas nos processos de planejamento do Governo do Estado de São Paulo. Mais informações podem ser

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

obtidas nas páginas eletrônicas:
www.planejamento.sp.gov.br; www.fazenda.sp.gov.br e
365 www.saopaulo.sp.gov.br. **3.2. da Diretoria do CBH-PJ1:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sidney José da Rosa, Secretário-executivo do CBH-PJ1, que informou que: **a)** No dia 11 de julho, durante a 2ª Reunião Ordinária do CBH-PJ1, representantes do
370 Consórcio Profill-Rhama, responsável pela elaboração do Plano das Bacias PCJ e dos Cadernos Temáticos que o integram, com a supervisão da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ, apresentaram o escopo geral do Sumário Executivo que
375 corresponderá ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da UGRH-PJ1 (Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos – Rios Piracicaba/Jaguari). A discussão contribuirá para o alinhamento de ideias e aspirações para a construção do documento, no qual
380 constarão ações para a melhoria da gestão dos recursos hídricos na porção mineira das Bacias PCJ; **b)** Em atendimento a demandas levantadas pela porção mineira das Bacias PCJ, foram contratadas empresas para dar apoio às atividades técnicas e administrativas do CBH-PJ1, bem como para prestar apoio no deslocamento dos
385 membros do comitê mineiro em reuniões dos Comitês PCJ. A empresa vencedora do processo licitatório para a contratação de empresa gerenciadora que prestará de serviços de assessoria técnica para apoio das atividades do CBH-PJ1 é a “Novaes Engenharia”, que já iniciou a
390 fase de contratação de dois profissionais. Para o apoio no fretamento de transporte executivo, atendendo à demanda de locomoção dos membros do CBH-PJ1 para as reuniões ordinárias, extraordinárias e de câmaras técnicas, já estão em execução os serviços contratados
395 pela empresa “Apoio Car”. Ambos os contratos foram assinados durante a 2ª Reunião Ordinária do CBH-PJ1, ocorrida em 11 de julho; **c)** Parabenizou, enquanto ex-aluno, a iniciativa de divulgação do curso de especialização em “Gerenciamento de Recursos Hídricos”, da FUMEP, e também aos envolvidos na
400 elaboração do Caderno de “Orientações sobre a constituição e o funcionamento dos Plenários e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ”, ambos de relevante importância para a difusão de conhecimentos sobre gestão de recursos hídricos e o funcionamento dos Comitês PCJ. **3.3. da Fundação Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que informou que: **a)** Durante os dias 18 e 19 de julho, participou representando a Fundação Agência das Bacias PCJ, juntamente com o Sr. João José A. de Abreu Demarchi, Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) e Secretário do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural), da
405 quarta edição de um encontro latino-americano para discussão sobre os fundos de água. O evento “*Cumbre de Fondos de Agua – No hay agua que perder*” (Cúpula dos Fundos Hídricos) realizado na Cidade do México e organizado pela “*Alianza Latinoamericana de Fondos de Agua*” (Aliança Latino Americana de Fundos de

Água) e “*Agua Capital*”, contou com a participação de mais de 250 (duzentos e cinquenta) especialistas e tomadores de decisão internacionais de diversos setores, além de programação diversificada (conferências, plenários, palestras e *workshops*) com o objetivo de discutir os desafios globais, regionais e locais da segurança hídrica, bem como tecnologias inovadoras para a melhoria dos fundos de água. Participaram do evento integrando a delegação brasileira: Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Peixe Vivo, Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e The Nature Conservancy (TNC Brasil).
425 Complementando a fala do Sr. Sergio, o Sr. José A. de Abreu Demarchi, Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN), salientou a importância do evento e do potencial de prospecção de parceiros e investimentos para
430 projetos para conservação dos mananciais nas Bacias PCJ; **b)** A Agência das Bacias PCJ, por meio de suas Diretoria Técnica e Coordenação de Gestão, entrará em contato com os membros dos Plenários dos Comitês PCJ, nos próximos meses, para a divulgação de informações e metas referentes ao Contrato de Gestão 003/ANA/2011. O Contrato de Gestão é o instrumento que estabelece as responsabilidades e metas, além de ratificar o papel da Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária das funções de Agência de Água; **c)** Representantes da Agência das Bacias PCJ estiveram presentes na 2ª Reunião Ordinária do CBH-PJ1, que ocorreu no dia 11 de julho, em Camanducaia/MG, em que foram entregues à Vice-prefeita da cidade, Tânia Theodoro, o estudo de viabilidade da construção e instalação de um reservatório para contenção de enchentes em Camanducaia/MG, em consonância com as propostas elencadas no Plano de Macrodrenagem do município, bem como o anteprojeto da obra do ribeirão Campestre, ambos desenvolvidos pela Hidrostudio Engenharia. O segundo passo do processo inclui a execução do projeto executivo, com previsão para o último trimestre de 2019, o qual envolve o detalhamento das etapas para a realização da obra, como cálculos estruturais, fundação, licenciamento e outorga. Mais informações podem ser obtidas na seção de “Notícias” do site da Agência das Bacias PCJ:
445 <http://www.agencia.baciaspcj.org.br/novo/imprensa/noticias>; **d)** Nos dias 28 e 29 de agosto serão realizadas as Reuniões Intercâmaras destinadas ao debate, pelas 11 (onze) Câmaras Técnicas temáticas dos Comitês PCJ, do conteúdo das minutas dos 5 (cinco) Cadernos Temáticos do Plano de Bacias. Visto que o Plano de Bacias das Bacias PCJ está entrando na reta final de discussão, salientou-se a importância da reserva dessa agenda aos membros das Câmaras Técnicas, a fim de que seja registrada uma participação maciça. As reuniões ocorrerão no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiá/SP
460 (CIESP DR Jundiá). Em 28 de agosto (quarta-feira)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

serão discutidos os Cadernos Temáticos de “Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias” e de “Enquadramento dos Corpos d’Água Superficiais”. No dia 29 de agosto (quinta-feira) serão discutidos os Cadernos Temáticos de “Garantia do Suprimento Hídrico”, “Águas Subterrâneas” e “Uso e Conservação da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal”. **3.4. dos Membros dos Plenários:** O Sr. Moretti passou a palavra aos membros do plenário para apresentação de informes: **a)** O Sr. Alexandre Luís Almeida Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) informou que se iniciou, em 1º de junho, o 3º ciclo de gestão conforme estabelecido nas resoluções ANA/DAEE referentes à outorga do Sistema Cantareira. O Sr. Alexandre informou que, de acordo com a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925, de 29/05/2017, que dispõe sobre as regras operativas da outorga do Sistema Cantareira, em vigência de 2017 a 2027, o ano foi dividido sob critérios hidrológicos em dois períodos, um que abrange os meses de junho a novembro, no qual a gestão das descargas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ é realizada pelos Comitês PCJ, por meio da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), denominado “período seco”, e um outro período, que abrange os meses de dezembro a maio, denominado “período úmido”, no qual a gestão das descargas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ é realizada pelos órgãos gestores e a SABESP. Destacou que, desde o início de junho, foram realizadas 20 (vinte) manobras de abertura e fechamento dos reservatórios, tanto nas calhas do Rio Atibaia, quanto do Rio Jaguari. Nesses dois meses de gestão, foram utilizados 20% (vinte por cento) do volume de 158 (cento e cinquenta e oito) bilhões de litros por ano disponíveis para utilização durante o período seco, previstos na outorga. Além disso, informou que o conjunto de reservatórios do Sistema Cantareira está operando com 54% (cinquenta e quatro por cento) de sua capacidade, o que, no ano passado, no mesmo período, estava na faixa de 40% (quarenta por cento). Embora as condições meteorológicas tenham contribuído para a reposição dos níveis dos reservatórios, políticas de racionalização do uso dos recursos hídricos harmonizadas com a realidade das bacias locais são decisivas para a garantia de oferta de água. Essa tem sido a postura adotada tanto na Grande São Paulo, quanto nas Bacias PCJ, para a gestão dos recursos hídricos. Também informou que foi assinado contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a empresa Serg. Paulista Construções e Serviços Técnicos Ltda. para os serviços de limpeza da calha do Rio Atibainha, tendo já sido iniciados os trabalhos. Com a limpeza de troncos e de galhos caídos ao longo da calha, espera-se melhorar a condição de fluxo do Atibainha, de forma a tornar mais eficazes as descargas do Sistema Cantareira, evitando que em períodos de estiagem haja necessidade de liberar mais água que o necessário. Por fim, externou sua preocupação em relação a situações ocorridas no município de Piracaia/SP, em que a água

tem atingido estruturas próximas à calha do Rio Cachoeira. Salientou que o Rio Cachoeira tem sido uma das formas mais eficientes de liberar a água do Sistema Cantareira para a bacia do Rio Atibaia, pois pelo Rio Atibainha gasta-se o dobro do tempo. Espera-se que durante a revisão do Plano de Bacias das Bacias PCJ possam ser debatidas soluções para as inundações ocorridas em Piracaia/SP, sem trazer ônus ao abastecimento da população a jusante, permitindo que os volumes de água disponíveis para a região das Bacias PCJ possam ser escoados tanto pela calha do Rio Atibainha, quanto pela calha do Rio Cachoeira; **b)** O Sr. Paulo Roberto S. Tinel, Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), pediu a palavra para complementar a fala do Sr. Alexandre Vilella, quanto às ocorrências no município de Piracaia/SP. Salientou que os problemas de inundação têm limitado a descarga das vazões descarregadas pelo Rio Atibaia, as quais se destinam ao suprimento hídrico de uma das maiores manchas urbanas da região das Bacias PCJ, e poderiam ter sido evitados com um melhor planejamento na construção de obras empreendidas pelo município, como o Parque Ecológico e as pistas de caminhada, estruturas diretamente afetadas com o aumento das vazões no Rio Cachoeira. O problema se agrava tendo em vista que, dos 10 m³/s (dez metros cúbicos por segundo) permitidos pela outorga do Sistema Cantareira, 3,5 m³/s (três vírgula cinco metros cúbicos por segundo), isto é, menos da metade do que é permitido, já são capazes de afetar os trechos das referidas construções. Por fim, solicitou especial atenção dos órgãos outorgantes, fazendo menção ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Agência Nacional de Águas (ANA), para o auxílio na busca de soluções para esta problemática; **c)** A Srª. Roseli dos Santos Souza, representante da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH), do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), informou que após a reforma administrativa realizada pela Medida Provisória nº 870/19, a qual estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, as competências referentes à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433/1997, foram transferidas para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Nesse processo, houve a transferência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da Agência Nacional de Águas (ANA) para a pasta. Informou que tem sido trabalhada a reestruturação do conselho, com proposta já encaminhada à Casa Civil, visando dar continuidade às atividades do CNRH. Por fim, se colocou à disposição para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao assunto; **d)** O Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas e representante dos Comitês PCJ no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), informou que está aberto o período de inscrições para o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB). A 21ª

Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

edição do evento ocorrerá em Foz do Iguaçu/PR nos dias 21 a 25 de outubro. O evento conta com programação diversificada de palestras, conferências, visitas técnicas e exposição de trabalhos, além de encontros regionais dos comitês de bacias presentes, com foco especial na promoção de espaços para a troca de experiência entre os CBHs. As inscrições são gratuitas e mais informações podem ser encontradas no site do evento: <https://www.encob.org/>. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária, realizada em 28/06/2019, na FUMEP, em Piracicaba/SP.** O Sr. Moretti explicou tratar-se de minuta da ata da última reunião plenária, realizada no Município de Piracicaba/SP. Questionou os membros sobre a necessidade de sua leitura. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestações, colocou a minuta de ata em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.2. Aprovação do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 – Ano Base 2018 das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;** O Sr. Moretti informou a todos que a Lei Estadual Paulista nº 7.663/91, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, determina que seja publicado anualmente relatório sobre a “Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas” do Estado de São Paulo, sendo 30 de junho a data limite para a aprovação do documento pelos comitês de bacias hidrográficas (CBHs) do Estado de São Paulo. Em 2019, contudo, considerando as alterações na estrutura do Governo do Estado de São Paulo e a consequente dificuldade na obtenção e organização dos dados para envio aos CBHs, a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) emitiu ofício prorrogando essa aprovação até 30 de agosto. O relatório tem por objetivos dar transparência quanto à situação dos recursos hídricos nas UGRHs paulistas e subsidiar ações dos Poderes Executivo e Legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal. Também tem o papel de formular propostas de ajustes aos planos de bacias hidrográficas. No âmbito dos Comitês PCJ, a tarefa de acompanhar e avaliar a elaboração dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ é atribuída à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 108/11. Em 2019, o acompanhamento pela CT-PB do processo de elaboração do Relatório de Situação pela Agência PCJ foi dificultado em razão da intensa agenda de discussões envolvendo a revisão do Plano das Bacias PCJ, bem como do atraso no envio de dados pela CRHi. Optou-se, assim, por avaliar o documento de forma conjunta em reunião com a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), durante a 8ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, em Rio Claro/SP. O Sr. Moretti ressaltou a importância do relatório tendo em vista que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – FEHIDRO o considera como um de seus instrumentos para a orientação sobre a distribuição dos recursos do fundo aos comitês paulistas. Após as

explanções, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Eduardo Cuocco Léo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ, para exposição dos principais resultados do Relatório de Situação 2019 – ano base 2018. O Sr. Eduardo explicou que a estrutura do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2019, ano base 2018, é composta por: 1. Introdução; 2. Caracterização da Área; 3. Síntese da Situação dos Recursos Hídricos, em que foram abordados os temas (i) Disponibilidade das Águas, Demanda de Água e Balanço Hídrico, (ii) Saneamento Básico, envolvendo Abastecimento de Águas, Esgotamento Sanitário, Manejo de Resíduos e Drenagem de águas pluviais; (iii) Qualidade das águas superficiais e das águas subterrâneas; 4. Avaliação da Gestão do CBH-PCJ; 5. Retiradas do Sistema Cantareira; 6. Monitoramento de Empreendimentos FEHIDRO - 2018; 7. Considerações Finais; 8. Referências Bibliográficas; 9. Expediente; e 10. Anexos, integrados por (i) Anexo 1 – Precipitação Pluviométrica Anual nas Bacias PCJ em 2018; (ii) Anexo 2 – Aplicação dos Recursos Financeiros nas Bacias PCJ no ano de 2017; e (iii) Anexo 3 – Principais Deliberações dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) aprovadas em 2018. Na sequência, passou ao detalhamento dos tópicos relativos à caracterização das Bacias PCJ. Após tal caracterização, o Sr. Eduardo passou aos destaques do quadro-síntese da situação dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. Quanto à disponibilidade per capita das águas superficiais, destacou o valor de 971,08 m³/hab.ano, caracterizado como índice crítico (abaixo de 1.500 m³/hab.ano), o qual, além disso, configura-se como a menor disponibilidade de água, comparativamente, entre 2014 e 2018. Também apresentou informações sobre: a demanda de água por finalidade e tipo; balanço hídrico; índices de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos), entre outros aspectos. Quanto à avaliação da gestão dos Comitês PCJ, foram apresentadas, como orientações, a manutenção de pautas que fomentem a participação dos membros, o incentivo à realização de ações de mobilização social, como a participação da sociedade nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e o fortalecimento de mecanismos de divulgação e comunicação, de modo a proporcionar maior acessibilidade às informações técnicas e à disseminação dos tópicos discutidos e encaminhados nas reuniões. O Sr. Eduardo informou que foi identificado aumento, em 2018, na frequência média de participação dos membros dos Comitês PCJ às reuniões plenárias, em relação a 2017, ano em que foram realizadas três reuniões plenárias e registrada a frequência média de 52% (cinquenta e dois por cento) de participação e a aprovação de 25 (vinte e cinco) deliberações. Em 2018, com a mesma quantidade de reuniões, foi registrada a frequência média de 61% (sessenta e um por cento) de participação e a aprovação de 24 (vinte e quatro) deliberações. Após esta explanação, o Sr. Eduardo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

apresentou um panorama integrado das informações contidas no Relatório de Situação 2019 – ano base 2018, destacando que os dados analisados orientaram a proposição de ajustes de valores, constantes no Plano de Ações e Programa de Investimentos do Plano das Bacias PCJ, a serem investidos em programas relacionados ao PDC 3 - Controle de Poluição e ao PDC 5 - Combate a Perdas, os quais serão tema do próximo item de pauta, concluindo sua apresentação. O Sr. Moretti salientou aos presentes que o assunto foi discutido pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e a Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) durante a 8ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB realizada em 05 de julho, em Rio Claro/SP, e abriu a palavra para manifestação dos membros e demais participantes. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra/SP, sugeriu a possibilidade de realização de um estudo de viabilidade de um sistema de tratamento de esgoto alternativo testado em Holambra/SP, que tem trazido resultados promissores de eficiência, sugerindo também a possibilidade de algum tipo de financiamento para fomentar alternativas de tratamento de esgoto como essa. Não havendo outras manifestações, o Sr. Moretti submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 322/19, que “Aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 - Ano Base 2018” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.3. Atualização do Plano de Ação e do Programa de Investimentos constantes do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020.** O Sr. Moretti explicou tratar-se de minuta de deliberação que atualiza o Plano de Ações e o Programa de Investimentos do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o período de 2010 a 2020. Lembrou que, além de aprovar os critérios, prazos e procedimentos para elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica – PBHs e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, a Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – CRH nº 146/12 estabeleceu que os PBHs deveriam apresentar um “Plano de Ação para a Gestão de Recursos Hídricos da UGRHI (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos)” e seu respectivo “Programa de Investimentos”. Informou que o Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, denominado Relatório II – Plano de Bacias, foi aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 288/18, de 27/04/18, em atendimento à Deliberação CRH nº 188/2016, de 09/11/16. Ressaltou que o Plano de Bacias das Bacias PCJ apresenta critérios para priorização dos investimentos em controle de poluição (PDC 3) e combate a perdas (PDC 5) nos municípios das Bacias PCJ, e que a Deliberação dos Comitês PCJ nº

297/18, de 28/06/2018, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea, listou, em seus Anexos VI e VII, os municípios prioritários para a realização dos investimentos. Informou que os municípios de Rafard/SP, Bom Jesus dos Perdões/SP e Analândia/SP, atendendo à referida deliberação, apresentaram propostas de empreendimentos a serem financiados, porém compreendendo valores abaixo do previsto no Plano de Ação e no Programa de Investimentos – PA-PI constantes do Tomo IV do Plano das Bacias PCJ vigente, o que resultou em saldo de recursos, o qual poderia ser utilizado para a indicação de empreendimentos em outros municípios. Ressaltou que o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 – Ano Base 2018, aprovado pela CT-PL na 8ª Reunião Extraordinária Conjunta com a CT-PB, em 05 de julho, e pelos Plenários dos Comitês PCJ com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 322/19, de 26/07/2019, aprovada no item anterior de pauta da presente reunião, recomenda o ajuste do Plano de Ações e do Programa de Investimento do Plano das Bacias PCJ, de modo a ampliar a abrangência das ações de melhoria nos sistemas de tratamento de efluentes (PDC 3) e no controle de perdas hídricas na distribuição (PDC 5), complementando a priorização constante no plano. Após tais esclarecimentos iniciais, o Sr. Moretti passou a palavra para a Srª. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias PCJ, para a apresentação da proposta de atualização dos Quadros 22.20, referente ao Plano de Ação, e 22.21, referente ao Programa de Investimentos, constantes do Tomo IV do Relatório II do Plano das Bacias PCJ vigente. Foi apresentado, detalhadamente, o balanço de atualizações de valores dos recursos provenientes da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira/Royalties para os PDCs 3 e 5. A proposta de atualização do Quadro 22.20 compõe o Anexo I da minuta de deliberação e intitula-se “Ações a executar do Plano de Ação: Investimento de curto prazo realizados desde 2016 e previstos até 2020 com recursos da cobrança estadual, federal e compensação financeira paulista: Orçamento, fonte de financiamento, prazo, tipo e área de abrangência”. O Anexo II apresenta a proposta de atualização do Quadro 22.21, e se intitula “Programa de Investimentos do FEHIDRO”. Realizadas as explanações, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, colocou em votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 323, que atualiza o Plano de Ação e o Programa de Investimentos do Relatório Final da Etapa 1 da Revisão do “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.4. Indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

835 **setor hidroelétrico, referentes ao exercício de 2019.** O
Sr. Moretti recordou aos presentes sobre os termos da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18, de 28/06/2018,
e seus Anexos I a VII, que definiram, dentre outros itens,
os critérios gerais e específicos, o cronograma de
840 atividades e as ações passíveis de obtenção de
financiamento com recursos da Compensação
Financeira/Royalties do setor hidroelétrico e das
Cobranças PCJ - exercício 2019. Relatou sobre a ampla
divulgação do processo de inscrição, e o fato de terem
845 sido realizados, pela equipe da Fundação Agência das
Bacias PCJ, plantões para esclarecimentos de dúvidas
sobre as condições de acesso aos documentos e o seu
preenchimento. A seguir, explicou que o edital prevê
recursos para projetos que atendam às ações e temáticas
850 incluídas nos Programas de Duração Continuada (PDCs)
do Plano das Bacias PCJ vigente, a fim de atender ao
Decreto nº 61.430, de 17/08/2015, e às metas para
efetivação do enquadramento dos corpos d'água das
Bacias PCJ. Os PDCs foram alocados em grupos, sendo:
855 Grupo I – PDC 1: Bases Técnicas em Recursos Hídricos
– SubPDC 1.2: Apoio ao planejamento e gestão de
recursos hídricos, somente para Plano Municipal de
Saneamento Básico e Plano Diretor de Combate às
Perdas; Grupo II – PDC 3: Melhoria e Recuperação da
860 Qualidade das Águas – SubPDC 3.1: Sistema de
esgotamento sanitário; e Grupo III – PDC 5: Gestão da
Demanda de Água – SubPDC 5.1: Controle de perdas
em sistemas de abastecimento de água. A priorização
dos municípios para a captação de recursos na
865 modalidade “Demanda Priorizada” foi definida no
Relatório Final da Etapa I da Revisão do Plano das
Bacias PCJ 2010-2020. Os municípios não priorizados
puderam participar do processo na modalidade
“Demanda Espontânea”. Informou que foram recebidas,
870 entre 06 e 08/11/2018, na sede da Agência das Bacias
PCJ, inscrições de projetos para financiamento nas
modalidades “não reembolsável” e “reembolsável”,
destinados à obtenção de recursos financeiros da quota-
parte do CBH-PCJ relativa à compensação
875 financeira/royalties e das Cobranças PCJ, orçamentos de
2019 e 2020, segundo cronograma e regras definidas
pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18, de
28/06/2018. Após o processo de pré-qualificação, os
empreendimentos inscritos foram analisados, no período
880 de 09/11/2018 a 08/02/2019, pela Agência das Bacias
PCJ, órgãos licenciadores e outorgantes e pela Câmara
Técnica de Saneamento (CT-SA), com divulgação de
resultados no site da Agência das Bacias PCJ em
13/02/2019. Os empreendimentos deferidos passaram
885 por um período de avaliação quanto aos projetos e
orçamentos, de 04/03/2019 a 17/05/2019, seguido de
análise de pontuação, de 20/05/2019 a 24/05/2019,
sendo realizada, por fim, a emissão de Declaração de
Adequação Técnica e Financeira, bem como a
890 divulgação, em 24/05/19, da classificação dos
empreendimentos que obtiveram a declaração, em
ordem decrescente da pontuação recebida. O Sr. Moretti
passou a palavra para a Srª. Elaine Franco de Campos,

Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias PCJ,
895 que apresentou a relação de empreendimentos deferidos
e indeferidos nas diversas fases de hierarquização dos
projetos para indicação para financiamento no exercício
2019-2020: pré-análise de documentos; análise de
900 enquadramento pelas Câmaras Técnicas; análise técnica
e verificação de documentos. A Srª. Elaine informou
que, dos 28 (vinte e oito) empreendimentos inscritos
como “Demanda Priorizada” no processo de pré-
qualificação, sendo 07 (sete) do PDC 3 e 21 (vinte e um)
do PDC 5, 06 (seis) foram indeferidos, não se
905 enquadrando nos critérios de seleção de projetos
estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº
297/18. Foram considerados aptos a captar os recursos
22 (vinte e dois) empreendimentos de “Demanda
Priorizada” pré-qualificados, os quais prosseguiram no
910 processo de pré-qualificação, com os ajustes solicitados
pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo 6 (seis)
do PDC 3 e 16 (dezesesseis) do PDC 5, somando um valor
global total de R\$ 109.029.548,49 (cento e nove
milhões e vinte e nove mil e quinhentos e quarenta e
915 oito reais e quarenta e nove centavos) nesta categoria.
Dos 10 (dez) empreendimentos inscritos como
“Demanda Espontânea” no processo de pré-qualificação,
sendo 9 (nove) do PDC 3 e 1 do PDC 5, 02 (dois) foram
indeferidos, restando 08 (oito) empreendimentos de
920 “Demanda Espontânea”, os quais foram pré-
qualificados e prosseguiram no processo de pré-
qualificação, atendendo aos ajustes solicitados pelas
Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, sendo 7 (sete) do
PDC 3 e 1 (um) do PDC 5, somando um valor global
925 total de R\$ 15.838.899,92 (quinze milhões e oitocentos
e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e nove reais e
noventa e dois centavos). Assim, dos 22 (vinte e dois)
empreendimentos pré-qualificados de “Demanda
Priorizada”, após as complementações solicitadas pela
930 Agência das Bacias PCJ, Câmaras Técnicas dos
Comitês PCJ e órgãos licenciador e outorgante, apenas
19 (dezenove) empreendimentos se inscreveram para o
processo definitivo de seleção; ficaram, portanto, como
suplentes, na “Demanda Priorizada”, 03 (três)
935 empreendimentos. Dos 08 (oito) empreendimentos pré-
qualificados de “Demanda Espontânea”, após as
complementações solicitadas pela Agência das Bacias
PCJ, Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e órgãos
licenciador e outorgante, apenas 05 (cinco)
940 empreendimentos se inscreveram para o processo
definitivo de seleção. A Srª Elaine salientou que dos 24
(vinte e quatro) empreendimentos pré-qualificados e
inscritos no processo definitivo de seleção, havia
recursos disponíveis para atender a 9 (nove)
945 empreendimentos, de acordo com as categorias de
recurso, a saber: a) Compensação Royalties: 01 (um)
empreendimento, com valor pleiteado de
R\$ 6.320.352,04 (seis milhões e trezentos e vinte mil e
trezentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos),
950 contrapartida de R\$ 486.064,58 (quatrocentos e oitenta
e seis mil e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito
centavos), totalizando R\$ 6.806.416,62 (seis milhões e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

oitocentos e seis mil e quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos); b) Cobrança Paulista: 05 (cinco) empreendimentos, com valor pleiteado de R\$ 19.653.712,16 (dezenove milhões e seiscentos e cinquenta e três mil e setecentos e doze reais e dezesseis centavos), contrapartida de R\$ 3.526.237,27 (três milhões e quinhentos e vinte e seis mil e duzentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos), totalizando R\$ 23.179.949,43 (vinte e três milhões e cento e setenta e nove mil e novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos); c) Cobrança Federal: 03 (três) empreendimentos, com valor pleiteado de R\$ 2.768.392,73 (dois milhões e setecentos e sessenta e oito mil e trezentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos), contrapartida de R\$ 4.190.764,22 (quatro milhões e cento e noventa mil e setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos), totalizando R\$ 32.933.221,15 (trinta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e um reais e quinze centavos). Ao todo, os 9 (nove) empreendimentos somam R\$ 28.742.456,93 (vinte e oito milhões e setecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos) em valor pleiteado, sendo R\$ 4.190.764,22 (quatro milhões e cento e noventa mil e setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) em contrapartida, totalizando R\$ 32.933.221,15 (trinta e dois milhões e novecentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e um reais e quinze centavos). A Srª. Elaine seguiu detalhando os empreendimentos indicados constantes nos anexos da minuta em questão. Informou que os empreendimentos com pendências de documentação terão o prazo de agosto de 2019 até o início de março de 2020 para a apresentação de documentos na Agência das Bacias PCJ. Essas informações serão encaminhadas por e-mail aos tomadores. O Sr. Moretti solicitou a correção pontual de um termo e, após a correção, abriu a palavra aos membros para manifestações. Não havendo, submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês nº 324/19, que “Indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, referentes ao exercício de 2019, e dá outras providências”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **4.5. Indicação do Diretor-presidente, do Diretor Técnico e do Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ;** O Sr. Moretti recordou aos membros sobre o conteúdo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprovou os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal e indicou o Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Moretti ressaltou que o Estatuto da Agência das Bacias PCJ prevê, no Inciso III, do Artigo 13, que o seu Conselho Deliberativo deve eleger, a cada 02 (dois) anos, o Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, cuja

indicação deverá ser feita pelos Comitês PCJ. Ressaltou que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) analisou os termos da minuta de deliberação durante sua 75ª Reunião Ordinária, em Rio Claro/SP, e aprovou a proposta da Diretoria dos Comitês PCJ aos Plenários, referente à manutenção da indicação do Sr. Sergio Razera, atual Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ e dos atuais Diretores Técnico, Srª. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, e Administrativo e Financeiro, Sr. Ivens de Oliveira. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti passou a palavra aos membros para manifestações. Foi sugerida a supressão de um dos parágrafos da seção de “considerandos”, relacionado aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, pela não pertinência quanto ao assunto em pauta. Após correções, não havendo outras manifestações, o Sr. Moretti submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 325/19 que “Indica o Diretor-presidente, o Diretor Administrativo-financeiro e o Diretor Técnico da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ)”, sendo a mesma aprovada por unanimidade. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ solicitou a palavra para agradecer ao Presidente dos Comitês PCJ, Sr. Barjas Negri, e todos os membros do plenário pela confiança. Também agradeceu ao apoio da equipe de colaboradores da Agência das Bacias PCJ no alcance diário de metas para o melhor atendimento às demandas dos Comitês PCJ. O Sr. Sidney José da Rosa, Secretário-executivo do CBH-PJ1, aproveitou para externar os agradecimentos à diretoria da Agência das Bacias PCJ pelo pronto atendimento às demandas da porção mineira das Bacias PCJ. **4.6. Indicação dos órgãos e das entidades que irão compor o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ.** O Sr. Moretti lembrou que, conforme estatuto da Fundação Agência das Bacias PCJ, compete aos Comitês PCJ indicar os membros para compor os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, de acordo com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/2009, de 28/08/2009, que aprovou os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, os quais são eleitos entre os membros da CT-PL. Explicou também que, em decorrência da eleição e recomposição de representantes para os Plenários dos Comitês PCJ e a CT-PL, para o mandato 2019-2021, durante a 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, em 28/06/2019, em Piracicaba/SP, fez-se necessária a recomposição dos referidos Conselhos para este novo mandato. Complementou explicitando que o mandato dos atuais membros dos Conselhos termina em novembro/2019, e que não houve a recondução integral, para a CT-PL, das organizações que compunham os segmentos Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas destes Conselhos, indicados por meio da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 279/17, de 01/09/2017. Uma vez que tais membros não integram a atual

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 19ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Saltinho/SP, em 26/07/2019

1075 composição da CT-PL, a vigorar entre durante o
mandato 2019-2021, foi necessário que houvesse a sua
recomposição. Primeiramente, seria necessário realizar
eleição para incluir, nestes Conselhos, membros que
1080 substituiriam os que não mais integram a CT-PL, de
modo a completarem o mandato 2017-2019, que se
finda em novembro de 2019, alterando-se, assim, os
termos da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ
nº 279/17, de 01/09/2017. O Sr. Moretti explicou que tal
eleição foi realizada durante a 75ª Reunião Ordinária da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), ocorrida em
05 de julho, em Rio Claro/SP. Também informou,
destacando que a composição do Segmento Estado
1085 respeita disposições da Lei Estadual nº 10.020/1998,
que a eleição para a composição dos Conselhos para o
mandato 2019-2021 foi realizada durante a referida
reunião, passando os mesmos a contar, o Conselho
Deliberativo, com os seguintes membros: 1) Segmento
Municípios: P.M. de Limeira/SP, P.M. de Saltinho/SP,
1090 P.M. de São Pedro/SP, P.M. de Itatiba/SP, P.M. de
Holambra/SP e P.M. de Piracicaba/SP; 2) Segmento
Sociedade Civil: a) Organizações Cívicas: Consórcio PCJ,
Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de
Andrade” – AAMHOR e Rotary International – Distrito
1095 D4590; b) Usuários de Recursos Hídricos: ASSEMAE
– Associação Nacional dos Serviços Municipais de
Saneamento, CIESP – Centro das Indústrias do Estado
de São Paulo – Diretoria Regional de Limeira/SP e
Sindicato Rural de Campinas/SP; 3) Segmento Estado:
1100 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente,
Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento,
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e a
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São
Paulo – SABESP. A composição do Conselho Fiscal
1105 para o mandato 2019-2021 contará com os seguintes
membros: 1) Segmento Estado: Secretaria de Estado da
Saúde, Secretaria de Estado de Agricultura e
Abastecimento; 2) Segmento Sociedade Civil: a)
Organizações Cívicas: ÚNICA – União da Agroindústria
1110 Canavieira do Estado de São Paulo; b) Usuários de
Recursos Hídricos: Sindicato Rural de Rio Claro; 3)
Segmento Municípios: P.M. de Campinas (titular).
Devido à ausência de manifestações para se ocupar a
1155

vaga de suplente do segmento Municípios, no Conselho
Fiscal, durante a 75ª Reunião Ordinária da CT-PL,
1115 sugeriu-se que a eleição para esta vaga deveria ser
realizada na presente reunião. Dessa forma, o Sr.
Moretti questionou aos representantes do município de
Amparo/SP, quanto ao interesse em ocupar a vaga no
1120 Conselho Fiscal, tanto para a vaga remanescente no
mandato 2017-2019, quanto em relação à continuidade
no mandato 2019-2021, tendo em vista que, dentre os
municípios aptos a assumir as vagas, apenas Amparo/SP
estava representado na presente reunião. Após a
1125 manifestação favorável dos representantes do município
de Amparo/SP, o Sr. Moretti abriu a palavra para
manifestações dos membros e, não havendo, colocou
em votação a composição dos Conselhos Deliberativo e
Fiscal, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência,
1130 colocou em votação a minuta de Deliberação dos
Comitês PCJ nº 326/19 que “Altera a Deliberação *ad
referendum* dos Comitês PCJ nº 279/17, de 01/09/2017,
quanto à indicação de representantes dos segmentos
Municípios, Usuários de Recursos Hídricos e
1135 Organizações Cívicas para os Conselhos Deliberativo e
Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o
mandato 2017-2019, e indica os representantes dos
segmentos Órgãos de Governo, Municípios, Usuários de
Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, para os
1140 Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias
PCJ, para o mandato 2019-2021”, sendo a mesma
também aprovada por unanimidade. **5. Encerramento:**
5.1 Considerações Finais: O Sr. Moretti passou a
palavra ao Sr. Carlos Alberto Lisi, Prefeito Municipal
de Saltinho/SP e anfitrião da reunião, que agradeceu a
1145 presença de todos, desejando bom retorno e colocando o
município à disposição. **5.2. Encerramento:** Nada mais
havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu novamente a
Prefeitura de Saltinho/SP pela cessão do espaço,
1150 reiterou o agradecimento a todos os presentes e, com
autorização dos presidentes, deu a reunião por encerrada.

JOSÉ MARIA DO COUTO

Presidente do CBH-PJ1 e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI

Presidente
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Secretário-executivo
do CBH-PJ1

LUIZ ROBERTO MORETTI

Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL